

# Relações de Gênero no Cotidiano da Educação Física: Reprodução ou Desconstrução?

## Gender Relations in Daily Physical Education: Construction or Deconstruction?

Leonardo Dias Ferreira<sup>a\*</sup>

<sup>a</sup>Universidade Católica de Petrópolis, RJ, Brasil

\*E-mail: leoubaense@bol.com

---

### Resumo

Este artigo configura uma revisão bibliográfica cujo objetivo é compreender como as desigualdades de gênero se constituíram nas aulas de educação física, problematizando como o gênero permeia essa prática e de que forma ele pode realmente interferir na inclusão ou exclusão dos sujeitos. O referencial teórico utilizado para estudo do conceito de Gênero foi a Teoria de Gênero, defendida por Scott (1995) e por Louro (1999). Conclui-se que estudos sobre conceito de gênero na educação física é fundamental para que os alunos respeitem e valorizem as diferenças do outro.

**Palavras-chave:** Gênero. Escola. Educação Física.

### Abstract

*This article has focused on a literature review aimed at understanding how gender inequalities occurred in physical education classes, discussing how gender permeates this practice and how it can actually interfere with the inclusion or exclusion of individuals. The Gender Theory reported by Scott (1995) and Louro (1999) was used as theoretical reference. It is concluded that studies on gender concepts in physical education classes is essential for students to respect and value the differences of the other individuals.*

**Keywords:** Gender. School. Physical Education.

---

### 1 Introdução

A sociedade, de um modo geral, sempre tratou gênero e sexualidade como termos quase sinônimos. No entanto, no final da década de 1960, com os movimentos feministas, os conceitos passaram a ser entendidos de formas diferentes. Sobre essa mudança de perspectiva conceitual, Moreira e Candau (2010) afirmam que, atualmente, a definição que tem sido cada vez mais usada para o conceito de gênero refere-se a toda construção histórica, social, cultural e simbólica relacionada à distinção e à hierarquia masculino e feminino, incluindo as construções que separam os corpos em machos e fêmeas.

O termo sexualidade, por sua vez, não é separado do conceito de gênero, pois é compreendido como a forma cultural pela qual vivenciamos nossos prazeres e desejos corporais, algo subsumido no gênero. Louro (1999) compreende a sexualidade não apenas como algo dado pela natureza, pertencente ao sujeito, mas como algo que envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções.

Há, na atual sociedade, uma maneira de olhar para os corpos e sempre ver neles um ou outro sexo (feminino/masculino), os quais corresponderiam, teoricamente, ao gênero feminino ou masculino. Nem sempre foi assim, bem como coexistem culturas que não veem o corpo desta forma. “O modelo biológico que baseia nas diferenças anatômicas e fisiológicas que em nossa cultura diferencia o ser humano em homem ou mulher está atrelado às interpretações que fazemos

dos corpos” (FERNANDES, 2008, p.19).

Duas teóricas que estudaram as relações de gênero na sociedade são enfáticas ao salientar a existência de um paradigma de atividades que são masculinizadas e outro, feminilizadas. Esses modelos apontados pelas autoras determinam constituições de espaços e de papéis estabelecidos no meio social, de tal forma que o modo de ser homem é visto como extremo e oposto à maneira de ser mulher, devido a uma cultura e a um processo educacional patriarcal.

A escola, por muito tempo, contribuiu para reproduzir essa desigualdade de gênero e, ainda nos dias de hoje, persiste a ideologia de dicotomia de gênero, que retrata um binarismo fixo nas relações de gênero masculino e feminino. No entanto, com a diversidade cultural cada vez maior no ambiente estudantil, sentiu-se a necessidade de apropriação do conceito de gênero para ser a escola uma instituição de tempo/espaço acessível a todos. Quanto essa emergência no universo educacional, em especial na educação física, Moreira e Candau (2010, p.9) complementam ao afirmar que

Somos construídos socialmente, sob as redes do poder, configurados pelos significados diversificados que nos rodeiam, pelas múltiplas culturas que nos atravessam. Se os sentidos à nossa volta são construções, podem ser refeitos ou reinventados. Faz-se, então, possível experimentar outros modos de ser, pensar e desejar.

Essa possível reconstrução de significados, para o entendimento de que o conceito de gênero é plural, admite

diversas definições de ser masculino ou feminino na sociedade. Desfaz-se, dessa forma, a construção histórica que, equivocada e discriminadamente, reduzia o conceito de gênero apenas ao conceito biológico, isto é, definido pelas diferenças sexuais do indivíduo.

Esse novo modo de repensar o significado de gênero é fundamental no ambiente escolar porque, nas últimas décadas, as pesquisas educacionais têm privilegiado a escola não somente como espaço de transmissão de um saber científico e de uma cultura dita universal, mas também como presença de uma diversidade cultural em vários aspectos. Conforme pontua Candau (1997), o ambiente escolar pode ser considerado espaço de reprodução e transformação em que almejamos identificar todos os grupos sociais como sujeitos produtores de cultura, sejam quais forem os lugares que ocupam na hierarquia social.

A identificação da instituição escolar tem sido considerada, conforme destaca Geertz (1989), como o espaço de formação e de interação social. As escolas são áreas em que vários sujeitos compartilham símbolos, crenças e valores e cujos comportamentos, linguagem e dimensão cultural formam uma ampla rede de significados, realidade múltipla e dinâmica típica das sociedades complexas.

Para compreender a escola, na perspectiva de Geertz (1989), são primordiais o estudo e a apropriação do conceito de gênero pelos/as professores/as. Por meio da aquisição de conhecimentos sobre gênero, os docentes podem pautar suas ações em uma construção sociocultural na educação, em especial na educação física, para possibilitar o enfrentamento das desigualdades durante as práticas corporais e construir um novo olhar para que todos tenham os mesmos direitos e que sejam identificadas, valorizadas e respeitadas as diferenças. Santos (1997 *apud* MOREIRA; CANDAU, 2010, p.44), afirma que “as pessoas têm direito à igualdade sempre que a diferença as tornar inferiores, mas têm direito à diferença sempre que a igualdade ameaçar suas identidades”.

A educação física que, predominantemente, atribui enfoque central no corpo, principalmente quando se trabalha o esporte, atua na generificação dos corpos, ensina e constrói modelos que definem o que é ser menino e o que é ser menina, pela delimitação de fronteiras que separam e demarcam o que é feminino e masculino. Além disso, educa para as normatividades de gênero, através de suas sanções e recompensas, na orientação e no reforço de habilidades distintas de acordo com comportamentos ditos adequados para cada sexo (FINCO 2008).

O esporte, segundo Bracht (2005), apesar de ter uma representação sociocultural significativa na sociedade ocidental, nem sempre foi um espaço democrático, pois se baseou numa prática elitista com valorização de características masculinas como agressividade, competitividade e força

física, sendo determinante para o sucesso na prática esportiva. Em contrapartida, atributos femininos como pudor, fragilidade e doçura seriam incompatíveis para a prática de determinados esportes, sobretudo aqueles que tivessem contato físico em decorrência do jogo, promovendo assim uma naturalização desse espaço como masculino e a exclusão das meninas durante as aulas cujo eixo temático seja o esporte<sup>1</sup>.

Para Sayo (2002), cabe à educação física, em seus conteúdos, desmistificar saberes, poderes, conhecimentos e situações socialmente construídos que impedem a inclusão dos que não se enquadram nos padrões de homens, brancos, heterossexuais, adultos e de classe média para oportunizar de forma igualitária a prática de atividades corporais aos alunos independentemente de sexo.

Este é um tema gerador de polêmicas, sobretudo quando consideramos uma tendência histórica de que ainda existam professores que tratam de forma distinta meninos e meninas nas aulas de educação física. Isto é, mesmo com a crescente produção acadêmica sobre gênero circulante nos meios científicos, isso ainda não ocorre na maioria das escolas.

Ao propormos um estudo sobre relações de gênero nas aulas de educação física, tendo como enfoque o eixo temático esportes, observamos várias pesquisas, como as realizadas, por exemplo, por Altmann e Sousa (1999) que apontam dificuldades apresentadas pelos professores para lidar com os conflitos em aulas mistas, sobretudo quando o conteúdo é futebol. Esse esporte é considerado, culturalmente, uma prática corporal de domínio do sexo masculino.

Acreditamos que esse artigo possa contribuir para desconstrução de padrões, normas, estereótipos e preconceitos que coloquem as meninas em um papel secundário e incapazes com relação aos meninos para a prática de atividades corporais. A educação física, dessa forma, como disciplina curricular obrigatória da educação básica desempenhará o seu papel para que o/a aluno/a tenha a possibilidade de novos posicionamentos e novas atitudes que venham a ressignificar todo conceito que possa reproduzir algum tipo de preconceito e ter uma convivência harmoniosa e de respeito com o/a outro/a, a fim de utilizar o mesmo tempo/espaço em diversos conteúdos oferecidos pela educação física.

Enfim, é preciso que toda a escola aprofunde nos estudos sobre a temática de gênero, em especial, os professores de educação física, para através de reflexões e discussões possibilitem novos caminhos que a educação possa trilhar, abrindo espaço para uma escola comprometida com a cidadania, na busca da valorização, respeito e reconhecimento das diferenças, contemplando a igualdade de direitos para a participação de todos.

Como referenciais teóricos para desenvolvimento deste trabalho, utilizamos estudos sobre o conceito de gênero, dialogando com a Teoria de Gênero defendida por Scott

1 O eixo temático esportes refere-se aos esportes que são praticados nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação. Na presente pesquisa foi dado ênfase nos esportes de contato físico, como o futebol, handebol e basquetebol.

(1995) e Louro (1997). Essas autoras são referências pelos aspectos teóricos metodológicos dos estudos de gênero, que permitem um olhar sobre uma multiplicidade de feminilidades e masculinidades, que ajudarão a fundamentar os entendimentos de acordo com a compreensão de gênero definida e aprofundada nos artigos.

Realizou-se uma investigação bibliográfica, recorrendo às leituras exploratórias de estudiosos sobre a temática de gênero, utilizando as seguintes palavras-chave: gênero, educação física e esporte, para a realização da pesquisa, usando como base o *site* da Capes, no qual foram consultados os periódicos e resumos de teses e dissertações. Posteriormente, as bibliotecas virtuais de universidades foram consultadas para a pesquisa na íntegra, dando ênfase àquelas Universidades que têm a sua tradição na produção acadêmica neste tema. Além disso, pesquisamos artigos, revistas científicas, livros, leis, entre outros.

Fomentar a reconfiguração do conceito de gênero na educação de tal forma a influenciar principalmente o professor de educação física a repensar e executar a sua prática pedagógica é de grande relevância nessa reconstrução de um novo tempo/espaço nas aulas de educação física, pois é uma disciplina que trabalha tendo o corpo como destaque nas práticas corporais e a sua história sempre foi de naturalização e perpetuação de desigualdades de gênero durante as práticas corporais.

Dessa forma, entendemos este artigo como relevante, à medida que poderá contribuir com o/a professor/a de educação física para uma melhor compreensão e apropriação do conceito de gênero. Isto é, perceber gênero como uma perspectiva fundamentada na construção histórica, social e cultural do sujeito envolvido no processo de ensino aprendizagem escolar auxiliará no tratamento das questões de gênero ocorridas durante as práticas corporais nas aulas de educação física.

## 2 Desenvolvimento

### 2.1 Desigualdades de gênero produzidas nas aulas de educação física

A educação física como disciplina ministrada na escola brasileira consolidou-se ao longo do século XX e a ginástica foi o primeiro conteúdo a ganhar importância no ambiente escolar. Segundo Rodrigues e Devidé (2009), com base em ideias higienistas (conceito usado para difundir conhecimentos de higiene, indispensáveis à boa saúde e à resistência física) e eugenistas (conceito utilizado como prática para se atingir a “raça pura”) formou-se o pilar de um discurso que consolidou mitos e estereótipos que perpetuaram, por muito tempo, o papel das mulheres na realização de serviços domésticos e na maternidade, servindo aos interesses de uma sociedade patriarcal.

As práticas da ginástica eram ensinadas de forma distinta para homens e mulheres, pois eram baseadas em concepções médicas de corpo, nas quais se legitimavam que as mulheres

eram mais frágeis em comparação aos homens. A partir deste entendimento, criou-se o decreto para tratamento diferenciado dos gêneros na prática de esportes específicos para cada gênero. Tratando a questão, Aldeman (2003, p.446) afirma que:

as práticas físicas permitidas (à época) se restringiam àquelas que se conciliavam com as ideias que prevaleciam sobre a natureza fraca do corpo e do sistema reprodutivo femininos. Houve um receio grande em relação ao tipo ideal de exercício físico para as meninas.

No início dos anos 1960, procurou-se tornar a educação física uma disciplina comum aos currículos escolares. Diante disso, a educação física pedagógica é a concepção que vai reclamar da sociedade a necessidade de encarar a educação física não somente como prática capaz de promover saúde ou de disciplinar a juventude, como prática eminentemente educativa (GHIRALDELLI JÚNIOR, 1991)

Após 1964, a educação física foi considerada como uma atividade prática que visava o desempenho físico e técnico do aluno, isto é, uma verdadeira formadora de atletas. Seu objetivo fundamental era a caracterização da competição e da superação individual como valores fundamentais e desejados para uma sociedade moderna, como sinônimo de desporto e este, sinônimo de verificação de *performance* (GHIRALDELLI JÚNIOR, 1991).

Segundo Jaco (2012) em 1975, ocorre a revogação do Decreto Lei Nº 3.199, destacando a relevância da mulher atleta e o esporte passa a ser conteúdo central nas aulas de educação física.

A Lei Nº 56921/71 já havia decretado a obrigatoriedade da educação física nos currículos escolares, porém os conceitos biológicos ainda nortearam a disciplina, na qual prevaleciam práticas corporais distintas para homens e mulheres. Conforme Silva (2011), a finalidade da educação física escolar, na década de 70, passa a priorizar o desenvolvimento físico como fator determinante de sucesso nas aulas. O professor dava importância especialmente para aqueles que tivessem potencial para serem atletas ou para incorporar às forças armadas. Assim, a educação física era uma disciplina altamente excludente, atendendo os propósitos idealizados pelo Estado e pelo Exército, que dispensava os maiores de 30 anos, as mulheres com prole e pessoas com qualquer “anomalia” das aulas.

Em 1980 e início de 1990, surgem questionamentos que levam a educação física a abordar conteúdos da cultura corporal de movimentos. A partir daí, as aulas começam a ser mistas, com questionamentos do domínio tempo/espaço pelos gêneros que perduram até os dias atuais.

A educação física deve propiciar ao aluno o exercício da cidadania, possibilitando a conquista da autonomia, por meio da reflexão-crítica sobre os conhecimentos da cultura corporal de movimento. Contudo, a área carece de subsídios para uma melhor organização de seus conteúdos dentro do currículo escolar.

González (2006) entende que a escola tem, entre suas funções, a incumbência de introduzir os alunos no mundo sociocultural que a humanidade tem construído, com o objetivo de torná-los parte do projeto de reconstrução desse mundo. O papel da educação física escolar, dentro de uma proposta que se encaminhe no sentido da formação de um aluno dotado das competências necessárias para uma leitura crítica do mundo em que vivemos, passa pela introdução deste aluno na esfera da cultura corporal de movimento.

De acordo com Darido (2002), a educação física, ao longo de sua história, priorizou os conteúdos numa dimensão quase que exclusivamente procedimental, o saber fazer e não o saber sobre a cultura corporal de movimento ou como se deve ser, embora esta última categoria aparecesse na forma do currículo oculto.

O currículo oculto corresponde àquele tipo de conhecimento não-sistematizado que permeia os currículos escolares, mas não se configura como objeto de tratamento didático-pedagógico pelos atores do processo de ensino e aprendizagem, como, por exemplo, as estratégias adotadas para a divisão de equipes, que podem favorecer a inclusão ou promover situações de exclusão e/ou humilhação de alguns alunos.

É necessário reconhecer ainda que o papel da educação física ultrapasse os ensinamentos de diferentes conteúdos, mas que inclua também os seus valores subjacentes, ou seja, quais atitudes os alunos devem ter nas aulas. E, finalmente, buscar legitimar o direito do aluno de saber por que ele está realizando este ou aquele movimento, isto é, quais conceitos estão ligados àqueles procedimentos para execução de determinada prática corporal. Cabe ao professor de educação física problematizar, interpretar, relacionar, compreender com seus alunos as amplas manifestações da cultura corporal de movimento, de tal forma que os alunos compreendam os sentidos e significados impregnados nas práticas corporais, desnaturalizando qualquer preconceito atrelado a algum conteúdo desenvolvido na educação física.

## 2.2 Compreendendo gênero

Entendendo gênero fundamentalmente como uma construção social e histórica, teríamos de supor que esse conceito é plural, ou seja, haveria conceitos de feminino e de masculino, social e historicamente diversos. A ideia de pluralidade implicaria admitir não apenas que sociedades diferentes teriam diferentes concepções de homem e de mulher e que em determinada sociedade tais concepções seriam diversificadas, conforme a classe, a religião, a raça, a idade, etc.; além disso, implicaria admitir que conceitos de masculino e feminino se transformem ao longo do tempo (LOURO, 1999).

Joan Scott, autora do artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1995) marcou e teorizou a substituição, já em andamento, dos estudos de história das mulheres para história de gênero, passando a ser considerado como uma categoria essencial de análise histórica (CANNING, 1994).

Também, no Brasil, Scott (1995) tem sido uma referência importante para os estudos de gênero em diversas áreas do conhecimento, como na Educação. De acordo com a autora,

o núcleo da definição [de gênero] repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995, p.86).

Como elemento formador das relações sociais fundamentadas nas desigualdades de gênero, implica quatro elementos inter-relacionados: os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas; os conceitos normativos que põem em evidência as interpretações do sentido dos símbolos; as seis instituições e organizações sociais e as identidades subjetivas (SCOTT, 1995).

As teorias hoje existentes sobre gênero se colocam dentro de duas categorias. Uma teoria que explica o conceito de forma essencialmente descritiva, sem interpretar e atribuir causalidade. Neste âmbito estão os estudos recentes do uso do gênero, que acabaram virando sinônimo de *Mulher*. Onde se lia antes *Mulheres*, agora se lê gênero. Essa utilização acaba por dar uma conotação mais objetiva e neutra (não nos esqueçamos do significado de neutro no dicionário) do que *Mulheres*. A tentativa acaba descartando a participação e experiência do movimento feminista, dissociando Ciências e Política. Não implica também uma tomada de posição sobre a assimetria de poder, nem designa a parte lesada. Inclui as mulheres sem as nomear. Lembremo-nos do que diz Lacan de que a mulher não existe, estando no campo do inominável, ou seja, fora da linguagem (SCOTT, 1995).

De acordo com Scott (1995), outras teorias explicam o gênero para sugerir que as informações a respeito das mulheres são necessariamente informações sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Esse uso insiste na ideia de que o mundo de mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Rejeitam-se assim as esferas separadas, as justificativas biológicas.

Usar gênero assim pressupõe todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade. Coloca-se aqui então o desafio de reconciliar a teoria com a história, que trata das experiências e estudos específicos.

Segundo Louro (1999), o feminino e o masculino se constroem dentro de relações sociais, nunca separadamente, um em relação ao outro e não em oposição, pois articula com outras categorias, como classe, etnia, religião. Nesse sentido, é preciso desconstruir a polaridade rígida dos gêneros.

## 4 Conclusão

Com base nas considerações até aqui apresentadas, podemos constatar que a educação, historicamente, tem contribuído para a perpetuação de padrões, normas, estereótipos e preconceitos. O processo de transmissão dos preconceitos sexuais baseia-se, na maioria das vezes, em

argumentos de ordem biológica, o que os torna naturais e imutáveis, o que por sua vez, desencadeia numa diferença acentuada de experiências vividas por meninos e meninas, interferindo diretamente na sua vida social.

Este artigo tenta enfatizar a importância de estudar gênero no campo da educação, em especial, na educação física, pois o enfrentamento de desigualdades de gênero percebidas durante as práticas corporais de diversos conteúdos oferecidos pela disciplina ocorrerá a partir de uma nova visão do professor de educação física em adotar diferentes estratégias pedagógicas que contribuam para o reconhecimento e a valorização das diferenças e o respeito, garantindo o acesso a todos.

### Referências

- ALDEMAN, M. Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina. *Rev. Estudos Feministas*, v.11, n.2, p.445-65, 2003.
- ALTMANN, H.; SOUSA, E.S. Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar. *Cad. CEDES*, v.19, n.48, 1999.
- BRACHT, V. *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. Ijuí: Unijuí, 2005.
- CANAU, V.M. *Magistério: construção cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CANNING, K. Feminist history after the linguistic turn: historicizing discourse and experience. *Signs: J. Women Cult. Soc.*, v.19, n.1, p.368-403, 1994.
- DARIDO, S.C. Futebol feminino no Brasil: do seu início à prática pedagógica. *Rev. Motriz*, v.8, n.2, p.43-49, 2002.
- FERNANDES, S.C. *Os sentidos de gênero nas aulas de Educação Física*. 2008. 116f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- FINCO, D. Socialização de gênero na educação infantil. In: FAZENDO GÊNERO 8: CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 2008, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2008. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST10/Daniela\\_Finco\\_10.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST10/Daniela_Finco_10.pdf)>. Acesso em: 4 ago. 2014.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- GONZÁLEZ, F.J. Projeto curricular e educação física: o esporte como conteúdo escolar. In: REZER, R. (Org.) *O fenômeno esportivo: ensaios crítico-reflexivos*. Chapecó: Argos, 2006.
- JACO, J.F. *Educação Física escolar e gênero: diferentes maneiras de participar das aulas*. 2012. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- LOURO, G.L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MOREIRA, A.F.; CANAU, V.M. (Org.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis, Vozes, 2010.
- RODRIGUES, J.S.F.; DEVIDE, P.F. Inserção de mulheres em uma área de reserva masculina e o uso da co-educação para o ensino do futebol na educação física. *Revista Digital*, v.14, n.138, 2009.
- SAYO, D.T. Por que investigar as questões de gênero no âmbito da educação física, esporte e lazer? *Motrivivência*, v.13, n.19, p.87-95, 2002.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educ. Realidade*, v.20, n.2, p.71-99, 1995.

